

SUMÁRIO DETALHADO

INTRODUÇÃO

SÍNTESE DE AVALIAÇÃO POLÍTICO-ESTRATÉGICA

- Pontos relevantes
- Possíveis cenários
- O acontecimento de 11 de setembro
- Relações internacionais e assuntos da atualidade

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA MARINHA

PLANEJAMENTO DA DEFESA NACIONAL

Planejamento Nacional

- Avaliação da conjuntura*
- Política da Defesa Nacional*
- Estratégia da Defesa Nacional*

Planejamento Militar

- Avaliação Estratégica Militar*
- Política Militar Brasileira*
- Estratégia Militar Brasileira*

Planejamento Setorial

PLANEJAMENTO DE ALTO NÍVEL DA MARINHA

PANM – FASE BÁSICA

- Plano Estratégico da Marinha (PEM)
 - Avaliação Estratégica Naval (AENAV)*
 - Conceito Estratégico Naval (CENAV)*
 - Diretrizes para o Planejamento Naval (DIPNAV)*
- Política Básica da Marinha (PBM)
- Orientações do Comandante da Marinha (ORCOM)
- Orientações Setoriais (ORISET)

PANM – FASE DE PREPARO E PREVISÃO

- Elaboração dos planos
- Detalhes de documentos
 - Programa de Reaparelhamento da Marinha (PRM)*
 - Programa de Modernização de Meios (PMM)*
 - Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Marinha (PDCTM)*

PANM – FASE ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

- Elementos para o Planejamento Logístico
- Plano Diretor (PD)

OUTROS DOCUMENTOS

CONCLUSÃO

INTRODUÇÃO

É uma honra e um privilégio para o Chefe do Estado-Maior da Armada proferir a aula inaugural para os cursos de Política e Estratégia Marítimas e de Estado-Maior para oficiais superiores da Escola de Guerra Naval, no ano recém-iniciado de 2002.

O assunto a ser abordado diz respeito ao Planejamento Estratégico da Marinha. Ele se insere na Sistemática de Planejamento de Alto Nível da Marinha, a qual apresenta, de uma maneira coerente, a abordagem dos diversos aspectos que contribuem para se obter uma Marinha que atenda aos interesses do País.

O tema será tratado de maneira teórica, logo vale para o planejamento de qualquer país, mas estará sempre referindo-se em especial ao Brasil e à sua Marinha.

Antes de entrar propriamente nesta sistemática de planejamento, registrar-se-ão algumas considerações sobre o mundo sociopolítico e estratégico em que se está envolvido e que sofre contínuas evoluções. É preciso percebê-las, estudá-las e compreendê-las para poder estar preparado e em constante desenvolvimento nesta profissão.

SÍNTESE DE AVALIAÇÃO POLÍTICO-ESTRATÉGICA

PONTOS RELEVANTES

Uma breve análise do contexto internacional apresenta os seguintes pontos relevantes:

– a **paridade estratégica** observada na Guerra Fria contribuiu para evitar-se o confronto direto entre os principais atores internacionais; não obstante, o Poder Militar permaneceu sendo percebido e utilizado como forma extrema de equacionar divergências internacionais;

– o **término do ordenamento bipolar** acarretou o desaparecimento do inimigo comum, levando os países a se orientar segundo seus próprios interesses, aumentando o surgimento de novos conflitos;

– o **ordenamento internacional** mantém-se orientado por uma superpotência militar e econômica, com unipolaridade militar;

– a manutenção de tradicionais lideranças e interesses econômicos estimula a **identificação de novas e constantes ameaças**, como as provenientes de governos radicais, de seitas religiosas, de crimes

transnacionais e de diferenças étnicas, influenciando no trato de temas como imigração, meio ambiente, narcotráfico, crescimento demográfico e consolidação de regimes democráticos;

– a **dificuldade de reconversão de complexos industriais militares** existentes em nações desenvolvidas incentiva-as a manter aquecido o comércio internacional de armas;

– a **manutenção da prática de realizar intervenções armadas** em regiões consideradas como de interesse político, econômico ou estratégico;

– a **existência de proposições para o esvaziamento do conceito de soberania**, em especial das nações em desenvolvimento ou chamadas emergentes, com o propósito de conceder maior liberdade à comunidade internacional de interferir em assuntos da competência exclusiva dos Estados; ao mesmo tempo que pressões, principalmente externas, atuam no sentido de fazer das Forças Armadas desses países meros agentes policiais contra crimes comuns;

– a busca de diminuição de antigas tensões regionais com o aumento da cooperação econômica entre os Estados, embora o comércio internacional e a economia tendam a gerar conflitos de interesse;

– a maior importância atribuída a temas transnacionais como meio ambiente, narcotráfico, questões de segurança coletiva, que, por serem de difícil solução, exigem maior intercâmbio entre as nações;

– a visualização da capacidade econômica como fonte de poder e projeção internacional; e

– o protecionismo e as barreiras aos desenvolvimentos tecnológicos.

POSSÍVEIS CENÁRIOS

Tais considerações, dentre outras, levam à formulação dos seguintes possíveis cenários sob uma forma bem ampla:

– **globalização**, com crescente interdependência entre as nações, levando a hegemonias industriais, tecnológicas, financeiras e comerciais, subordinando as economias dos mais fracos. No campo militar, reflete-se com o maior poder militar diminuindo a importância estratégica dos Poderes Militares dos Estados de menor poder econômico;

– **formação de blocos regionais**. A longo prazo, as coalizões perfeitamente identificadas visualizariam as demais como possíveis ameaças;

– **ressurgimento de fortes sentimentos nacionalistas**; e

– **possibilidade de choque de civilizações** – alinhamento político de povos possuidores de uma mesma cultura (língua, costumes, religião).

Na verdade, o atual cenário político-estratégico internacional tornou-se mais complexo e de difícil previsão. Mas é possível perceber que as ameaças caracterizam-se por atuarem de forma simultânea sobre os interesses das nações.

O ACONTECIMENTO DE 11 DE SETEMBRO

Não se poderia fazer esta breve análise político-estratégica sem mencionar o acontecimento de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos da América, ação terrorista contra as torres do World Trade Center em Nova Iorque, contando com um ineditismo no modo de execução, com proporções catastróficas e incomuns.

A ocorrência de atos terroristas não é novidade, mas o atentado mostrou uma atrocidade que mesmo o Poder político, econômico e militar da única superpotência não foi capaz de prever ou evitar. O suicídio dos terroristas mostrou uma indiferença à represá-

lia, já que consideram a morte aceitável e mesmo desejável.

A procura de justificativas para o acontecimento não encontra guarida nas mentes mais sadias.

Talvez possa ser explicável:

– pela falta de liberdade de regimes autocráticos, vistos como corruptos e distantes do povo, ensejando ressentimentos e amarguras de descontentes;

– pela recusa à globalização, vista como possessiva e sufocante, acarretando um sentimento de hostilidade e até de ódio;

– pela questão ideológica de base cultural, que não conseguiu separar política de religião.

Certamente que, para um observador que viveu algum tempo nos Estados Unidos da América, a represália para a neutralização do terrorismo iria ocorrer, mesmo que fosse difícil ou até inexecutável a imediata eliminação daquela ameaça; o sucesso militar não necessariamente representaria uma vitória definitiva, mas apenas de uma batalha.

Mas o acontecimento de 11 de setembro pode caracterizar uma ruptura na evolução do sistema internacional. Pode-se desejar uma posição renovadora das relações entre as nações, um novo sistema mundial de convivência entre modos de vida diferentes e a busca da redução das disparidades de riquezas entre nações e entre indivíduos.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ASSUNTOS DA ATUALIDADE

Os aspectos das relações internacionais da atualidade, como dito, de grande complexidade, quando associados às atividades desenvolvidas com relação à manutenção ou conquista de objetivos nacionais, acarretam novos desafios aos formuladores da Estratégia Naval.

Há que se estar cada vez mais capacitado a enfrentar a realidade que envolve — ao mesmo tempo e com os mesmos parceiros — a cooperação e a integração em assuntos de interesse comum e a competição naqueles onde não existe uma coincidência de interesses.

Fica evidente a complexidade na elaboração e execução de planejamentos que, além de envolverem temas tradicionais, também devem considerar **assuntos da atualidade** como:

- a interdependência entre os países;
- a preservação do meio ambiente marítimo e fluvial;
- a escassez de água potável;
- as pressões políticas exercidas por organismos internacionais;
- o controle de tecnologias de duplo emprego (civil e militar);
- a migração de contingentes humanos;
- os problemas relacionados às etnias, às minorias e às questões religiosas; e
- as práticas comerciais de países ou blocos mais poderosos, proporcionando focos de tensão ou potencial de contenciosos.

Além disso, vale a pena citar, pelo menos, três fatos importantes:

– mais de 95% do comércio exterior brasileiro é efetuado pelo mar (veja figura 1);

– o território brasileiro, em sua parte marítima, compreendendo as águas jurisdicionais brasileiras (mar territorial, zona econômica exclusiva e plataforma continental), engloba uma área de 4,2 milhões de km². Só a zona econômica exclusiva possui cerca de 3,5 milhões de km² (equivalente à Amazônia) (Veja figura 2); e

– a área de responsabilidade brasileira para atender às necessidades de busca e salvamento no Oceano Atlântico é de 12 milhões de km², superfície equivalente a uma vez e meia o território brasileiro (Veja figura 3).

Os sistemas de planejamento, então, devem também focar o apoio do Poder Militar à Política Externa, a busca de soluções de controvérsias, o fortalecimento aos processos de integração regionais e de cooperação com países que tenham interesses comuns ou complementares.

COMÉRCIO EXTERIOR MARÍTIMO

Média diária de navios

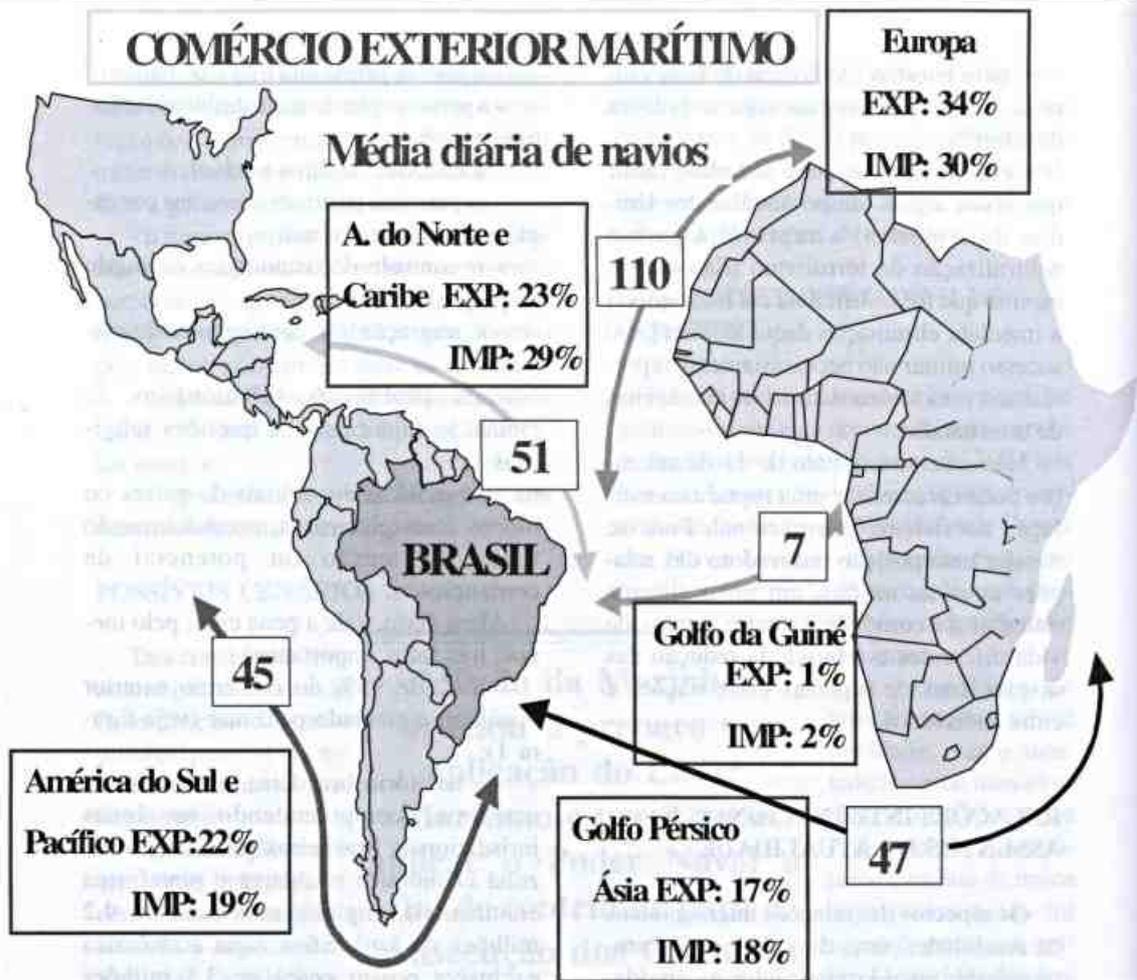


Figura 1

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA MARINHA

PLANEJAMENTO DA DEFESA NACIONAL

Nesse contexto, para abordar o tema Planejamento Estratégico da Marinha, algumas considerações serão apresentadas sobre a Sistemática de Planejamento de Alto Nível da Marinha, que permite, de forma seqüencial e racional, uma ampla análise de assuntos político-estratégicos que irão subsidiar as decisões do Almirantado, refletindo-se na aplicação do Sistema do

Plano Diretor, que possibilita a administração econômico-financeira da Marinha.

O Planejamento Estratégico da Marinha está incluído na Sistemática de Planejamento de Alto Nível da Marinha, observada desde a década de 70.

Para melhor entendê-lo, cabem algumas considerações sobre suas condicionantes de mais alto nível, o Nacional.

ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS



Figura 2

Figura 3

ÁREA DE BUSCA E SALVAMENTO SOB RESPONSABILIDADE DO BRASIL



O Planejamento da Defesa Nacional compreende três fases: a Nacional, a Militar e a Setorial. Nesta última, na vertente da Marinha, surge a Sistemática de Planejamento de Alto Nível da Marinha.

Cabe registrar que, independente da existência de documentos ou de seus títulos e sigilos, há uma seqüência lógica que permite vislumbrar as ações a empreender pelos diversos setores da Nação.

Com o propósito de situar a Sistemática de Planejamento de Alto Nível da Marinha no Planejamento da Defesa Nacional, assim como indicar orientações gerais, condicionantes e os documentos que são observados em sua elaboração, é conveniente detalhar alguns pontos da Fase Nacional e da Fase Militar.

PLANEJAMENTO NACIONAL

Na Fase Nacional, seriam tratados os aspectos globais da Política e da Estratégia Nacionais, incluindo a avaliação da conjuntura nacional e internacional, o enunciado dos Objetivos Nacionais e os caminhos ou rumos para atingi-los.

Assim, a fase Nacional englobaria a Avaliação da Conjuntura, a Política de Defesa Nacional e a Estratégia de Defesa Nacional.

A interpretação dos interesses e das aspirações nacionais deriva de um processo histórico e emerge, naturalmente, à medida que as necessidades e os interesses se cristalizam na consciência nacional, cabendo aos planejadores e formuladores das políticas tão-somente identificá-los. Dessa maneira, passarão a ser conhecidos os Objetivos Nacionais.

A Avaliação da Conjuntura

A Avaliação da Conjuntura é uma atividade contínua e rotineira, devendo estar atenta à evolução dos acontecimentos, quer nacionais, que podem se apresentar de maneira complexa e dinâmica, quer internacionais, igualmente instáveis e imprevisíveis, sobre os quais houve a preocupação de alinhar alguns aspectos de interesse global.

A Política de Defesa Nacional

A Política de Defesa Nacional deve fixar objetivos para a defesa da Nação e orientações gerais para o preparo e o emprego da capacitação nacional, incluindo os setores civis e militares, em todos os níveis e esferas de poder. Deve ter caráter abrangente, procurando ser permanente, podendo, entretanto, ser revista para efetuar as alterações que se tornarem necessárias.

A Estratégia de Defesa Nacional

A Estratégia de Defesa Nacional decorre da Avaliação da Conjuntura e da Política de Defesa Nacional, orientando o preparo e a aplicação do Poder Nacional, com vista ao atendimento dos objetivos fixados.

*

No caso específico do Brasil, até 1990 o Conceito Estratégico Nacional abordava os Objetivos Nacionais e os assuntos relacionados à Segurança Na-

O Plano Estratégico da Marinha (PEM) constitui o ponto de partida de todo o planejamento da Marinha e é o seu documento fundamental

cional, incluindo cenários de Emprego Político-Estratégico. Essa publicação vigorou entre 1969 e 1990.

Naquela época, a Fase Nacional compreendia:

- a Interpretação dos Interesses e das Aspirações Nacionais,
- a Avaliação da Conjuntura,
- o Conceito Estratégico Nacional e
- as Diretrizes Gerais de Planejamento.

Hoje o País possui uma Política de Defesa Nacional, aprovada em 1996.

O fato é que, com quaisquer que sejam as publicações e as denominações que se lhes dê, há que continuar a existir um caminho lógico a ser necessariamente seguido.

PLANEJAMENTO MILITAR

Na Fase Militar seriam definidos os aspectos militares da política e da estratégia nacional. Compreende a Avaliação Estratégica Militar da Conjuntura, a Política Militar Brasileira ou Política Militar de Defesa e a Estratégia Militar Brasileira ou Estratégia Militar de Defesa.

A Avaliação Estratégica Militar

A Avaliação Estratégica Militar da Conjuntura congregaria a influência de fatores políticos, econômicos, psicossociais, militares e científico-tecnológicos sobre o emprego dos componentes das Forças. Compreenderia a análise dos aspectos e implicações militares decorrentes das conjunturas internacional e nacional, facilitando a formulação da Política e da Estratégia Militares.

A Política Militar Brasileira

A Política Militar Brasileira estabelece os Objetivos Gerais a serem atingi-

dos pela Expressão Militar, contribuindo para alcançar e manter os Objetivos Nacionais.

A atual Política Militar Brasileira foi estabelecida em 1993.

A Estratégia Militar Brasileira

A Estratégia Militar Brasileira orienta o planejamento estratégico de emprego das Forças Armadas. Essa publicação veio suprir uma lacuna existente desde a saída de vigor do Conceito Estratégico Nacional, visto que este, como aquela, estabelece Hipóteses de Emprego, mesmo usando terminologias diferentes.

Tanto a Política de Defesa Nacional, anteriormente citada na fase Nacional, quanto a Política Militar Brasileira e a Estratégia Militar Brasileira estão sendo revistas e atualizadas.

No caso brasileiro, anteriormente, era prevista a existência dos seguintes documentos na Fase Militar: Avaliação Estratégica Militar da Conjuntura, Conceito Estratégico Militar, Diretrizes para o Planejamento Militar, Planejamentos Militares Gerais e Planos Militares para as Hipóteses de Emprego.

No Planejamento Nacional, bem como no Planejamento Militar, nem todos os documentos indicados existiram ou existem, mas tem havido um esforço ao longo do tempo para que sejam elaborados, aperfeiçoados e atualizados, como já foi assinalado.

PLANEJAMENTO SETORIAL

Na Fase Setorial seriam realizados os Planejamentos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

PLANEJAMENTO DE ALTO NÍVEL DA MARINHA

Passar-se-á, então, a abordar o Planejamento de Alto Nível da Marinha.

Esse planejamento é traduzido em uma sistemática lógica com componentes interdependentes, que tem por propósito a previsão e a ordenação das atividades pertinentes ao cumprimento da Missão da Marinha.

Na atualidade, a Sistemática de Planejamento de Alto Nível da Marinha está em fase de adaptação às mudanças de nomenclatura de publicações ocorridas nas Fases Nacional, Militar e Setorial. Nela será mantida, em linhas gerais, sua característica

principal: a de envolver um conjunto de atividades racionais e interdependentes e que procura, considerando as orientações governamentais, fornecer instrumentos que contribuam para o perfeito cumprimento da **Missão da Marinha – “orientar o preparo e a aplicação do Poder Marítimo e preparar e aplicar o Poder Naval, a fim de contribuir para a consecução dos Objetivos Nacionais”**.

Para melhor entendimento, o Planejamento de Alto Nível da Marinha abrange três fases: a básica; a do preparo e previsão de aplicação do Poder Naval e a administrativo-financeira.

PLANEJAMENTO DE ALTO NÍVEL DA MARINHA – FASE BÁSICA

Esta fase compreende a elaboração de documentos, que têm como **propósitos**:

– a **determinação das implicações estratégicas** das conjunturas internacional e nacional, que possam afetar ou condicionar o preparo e a aplicação do Poder Naval;

– a **formulação de concepções de emprego do Poder Naval**, em face dos antagonismos e das Hipóteses de Emprego estabelecidas na Estratégia Militar Brasileira; e

– o **estabelecimento de objetivos, diretrizes e orientações** para o preparo da Marinha, considerando-se a aplicação do Poder Naval no contexto das concepções acima referidas.

Ela é constituída pelos seguintes documentos: Plano Estratégico da Marinha, Política Básica da Marinha, Orientações do Comandante da Marinha e Orientações Setoriais.

PLANO ESTRATÉGICO DA MARINHA (PEM)

O Plano Estratégico da Marinha (PEM) constitui o ponto de partida de todo o planejamento da Marinha e é o documento fundamental.

Além de ser condicionado pelos documentos nacionais e militares, interage com a Política Marítima Nacional e a Política Nacional para os Recursos do Mar.

O seu propósito é estabelecer o planejamento estratégico de longo prazo da Marinha do Brasil, formulando concepções de emprego do Poder Naval e as orientações para o cumprimento das atribuições subseqüentes e das subsidiárias.

Em sua concepção atual, o PEM foi elaborado na sub-chefia de Estratégia do Estado-Maior da Armada no início da década de 70, publicado em 1974 e vem sendo periodicamente atualizado.

É constituído por três partes distintas:

- Avaliação Estratégica Naval (AENAV);
- Conceito Estratégico Naval (CENAV); e
- Diretrizes para o Planejamento Naval (DIPNAV).

Avaliação Estratégica Naval (AENAV)

A Avaliação Estratégica Naval (AENAV) **compreende um exame da situação** no nível estratégico sob o enfoque na-

val, no qual são avaliados os fatores mais significativos e relevantes da conjuntura nacional e internacional, e determinadas suas implicações com o preparo e a aplicação do Poder Naval.

Para esta avaliação são considerados os documentos nacionais e militares de alto nível já citados, a legislação nacional, acordos e tratados internacionais e políticas e diretrizes governamentais.

Entre estes documentos pode-se citar:

Legislação Nacional:

- Constituição Federal;
- Lei Complementar para o Preparo e o Emprego das Forças Armadas;
- Lei sobre a Organização da Presidência da República e dos Ministérios;
- Lei que institui o Serviço de Patrulha Costeira;
- Lei sobre Organização e Funcionamento do Conselho de Defesa Nacional;
- Lei sobre Águas Jurisdicionais Brasileiras;
- Lei do Óleo;
- Decreto sobre Pesquisa em Águas Jurisdicionais Brasileiras; e
- outros.

Atos Internacionais:

- Carta das Nações Unidas;
- Tratado Interamericano de Assistência Recíproca;
- Carta da Organização dos Estados Americanos;
- Plano para Coordenação do Tráfego Marítimo Internacional;
- Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares;
- Convenção Relativa à Colocação de Minas Automáticas Submarinas de Contato;
- Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar;
- Tratado da Antártica; e

- outros.

Políticas e Diretrizes Governamentais:

- Política de Defesa Nacional;
- Política Militar Brasileira;
- Estratégia Militar Brasileira;
- Diretriz para o Estabelecimento da Estrutura Militar de Guerra;
- Política Marítima Nacional;
- Política Nacional para os Recursos do Mar;
- Política Nacional para Assuntos Antárticos;
- Doutrina Básica de Mobilização Nacional; e
- outros.

O exame e a análise de todos esses documentos e da conjuntura nacional e internacional permitem identificar as atribuições, responsabilidades e envolvimento da Marinha do Brasil.

A análise é realizada com total abrangência, sem condicionantes, sendo completamente livre e aberta.

A Avaliação Estratégica Naval serve de base para a formulação do Conceito Estratégico Naval ou da Estratégia Naval que constitui a segunda parte do Plano Estratégico da Marinha.

Conceito Estratégico Naval (CENAV)

O Conceito Estratégico Naval (CENAV) se propõe, em termos amplos, **a formular a concepção de emprego do Poder Naval** em cenários quer de paz quer das Hipóteses de Emprego (em crises político-estratégicas e em guerra) e contemplar as ações a empreender em cada uma delas, ou seja, relacionar as operações ou ações em que os meios serão empregados, tais como: de superfície, aéreas, submarinas, anti-submarino, minagem, varredura, defesa aérea, patrulha, socorro, salvamento, caça-minas, ataque etc. Prevê, ainda, as ações a serem

empreendidas pela Marinha no cumprimento de suas atribuições subsidiárias não enquadradas no campo militar.

Enfim, o CENAV permite que se obtenha uma missão deduzida da Marinha, relacionando as tarefas a serem empreendidas para atingir os propósitos identificados.

Também são propósitos do CENAV identificar os meios adequados ao Poder Naval – o que pode ser feito por meio de uma matriz que relacione as Hipóteses de Emprego e as ações a empreender –, definir as prioridades de obtenção e relacionar as necessidades de informações estratégicas.

Em síntese, o CENAV representa a orientação maior para o preparo e emprego dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais.

Mesmo que, pela experiência dos formuladores, se simplifique este conceito de emprego do Poder Naval, na sua elaboração estarão sempre subentendidas todas as etapas lógicas teoricamente imaginadas.

Diretrizes para o Planejamento Naval (DIPNAV)

As Diretrizes para o Planejamento Naval (DIPNAV) orientam os planejamentos decorrentes para o preparo e aplicação do Poder Naval e para a atuação da Marinha nas demais atividades.

O planejamento subsequente da Marinha do Brasil passa a ser condicionado pelas DIPNAV.

POLÍTICA BÁSICA DA MARINHA (PBM)

A Política Básica da Marinha tem o propósito de estabelecer os objetivos que devem ser alcançados pela Marinha e condiciona todo o Planejamento de Alto Nível da Marinha, em especial os Planos decorrentes do PEM e o Plano Diretor (PD).

A Política Básica da Marinha é um documento fundamental para a orientação das

atividades relativas ao preparo do Poder Naval em toda a Marinha. A atual política contém a Missão da Marinha, os Fatores Condicionantes, os Objetivos da MB e a orientação geral necessária à formulação das Diretrizes para a consecução desses Objetivos. Apresenta ainda a orientação e os conceitos que devem ser considerados pelos Órgãos de Direção Setorial (ODS) na formulação de suas Diretrizes Setoriais (ORISSET).

A Política Básica da Marinha encontra-se em revisão no Estado-Maior da Armada, para ser submetida ao Comandante da Marinha.

ORIENTAÇÕES DO COMANDANTE DA MARINHA (ORCOM) E ORIENTAÇÕES SETORIAIS (ORISSET)

As Orientações do Comandante da Marinha, antes denominadas Orientações Ministeriais, têm como parâmetros os objetivos da Política Básica da Marinha (PBM) e do Plano Estratégico da Marinha (PEM) e foram introduzidas na Sistemática de Planejamento da Marinha para atender ao detalhamento de como as ações e os projetos deveriam ser desenvolvidos durante a respectiva gestão.

São orientações promulgadas **para a execução de curto prazo**.

Têm por base a determinação de necessidades de âmbito estratégico e expressam a vontade política do Comandante da Marinha.

São o instrumento eficaz que permite dar continuidade administrativa à gestão da Força.

As Orientações Setoriais (ORISSET) permitem determinar as necessidades setoriais e estabelecer prioridades para atendê-las. Têm como condicionantes os objetivos da Política Básica da Marinha e as Orientações do Comandante da Marinha (ORCOM).

Assim como as ORCOM, as ORISSET detalham e priorizam ações de curto prazo.

PLANEJAMENTO DE ALTO NÍVEL DA MARINHA - FASE DE PREPARO E PREVISÃO

ELABORAÇÃO DE PLANOS

Considerando as implicações decorrentes do Conceito Estratégico Naval (CENAV) e da orientação estabelecida na Política Básica da Marinha (PBM), a Fase de Preparo e Previsão da Aplicação do Poder Naval compreende a elaboração de planos para a compatibilização do Poder Naval com a Missão da Marinha e para o estabelecimento de medidas que visem:

- à obtenção e ou modernização dos meios materiais da Marinha, traduzindo-se nos **Planos de Material**:

- o Programa de Reaparelhamento de Marinha (PRM);

- o Programa de Modernização de Meios (PMM); e

- o Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Marinha (PDCTM);

Tais programas permitem elaborar os Planos Parciais de Obtenção e Modernização.

- ao preparo da mobilização da Marinha e sua coordenação em caso de guerra, por meio do **Plano de Mobilização da Marinha**;

- à previsão das condições e modalidades de aplicação específica do Poder Naval, por meio de Planos Operacionais, como:

- os Planos Navais de Segurança Externa, que aprofundam as concepções do emprego do Poder Naval estabelecidas no Conceito Estratégico Naval; e

- os Planos Navais de Segurança Interna (PNSI), decorrentes de Carta de Instrução do Comando de Operações Navais.

Para atender as necessidades de pronto emprego de meios navais,

caso se configure um cenário previsto ou não nas Hipóteses de Emprego, e que o Poder Naval tenha que ser usado no cumprimento das tarefas básicas para assegurar os Objetivos Nacionais, a Marinha criou a **Força-Pronta**.

- ao adestramento da Marinha para a execução de suas tarefas e das operações em caso de guerra, como pode ser observado nos Planos de Adestramento;

- à implementação e à manutenção de um fluxo contínuo de conhecimentos estratégicos e operacionais por meio do **Plano de Inteligência da Marinha**; e

- ao planejamento e gerenciamento das carreiras do pessoal militar, consubstanciados nos **Planos de Pessoal**:

- o Plano de Carreira de Oficiais da Marinha (PCOM); e

- o Plano de Carreira de Praças de Marinha (PCPM).

Assim, o planejamento iniciado na Fase Básica desdobra-se, em um nível mais diversificado, em seis setores de atividades: Material, Mobilização, Operações, Adestramento, Inteligência e Pessoal.

DETALHES DE DOCUMENTOS

Por terem uma grande correlação com o Plano Estratégico da Marinha, serão acrescentados alguns detalhes sobre os seguintes documentos:

Programa de Reaparelhamento da Marinha (PRM)

Tem como propósito a programação da obtenção de meios identificados no

PEM. O PRM é organizado em função das tarefas básicas do Poder Naval e das Hipóteses de Emprego formuladas no CENAV do PEM, da atuação em ambiente fluvial, das atribuições subsidiárias e da formação do pessoal militar.

Sua execução, entretanto, sujeita-se aos condicionamentos de natureza orçamentária. A decisão de obter um meio, seja por construção, seja por aquisição de oportunidade, é fortemente condicionada à disponibilidade de recursos. Por sua vez, a decisão de efetivar a obtenção no País ou no exterior segue uma lógica compatível com a complexidade tecnológica e a disponibilidade de infra-estrutura existente no Brasil.

Programa de Modernização de Meios (PMM)

É a consolidação das necessidades de modernização de meios, observando-se parâmetros básicos estabelecidos criteriosamente para sua execução.

Planos Parciais de Obtenção e Modernização

São elaborados para um período de tempo determinado. As obtenções poderão ser efetuadas por construção, aquisição ou conversão. As modernizações visam a aprimorar ou restabelecer o desempenho dos meios, sem modificar suas características básicas.

Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Marinha (PDCTM)

Tem o propósito de dominar o conhecimento e orientar o esforço a ser despendido nas atividades do Sistema de Ciência e Tecnologia da Marinha.

O PRM, o PMM e o PDCTM permitem que os investimentos empregados na área militar colaborem de forma determinante para a implementação de avanços tecnológicos que se refletem na área civil.

Acompanhando essa tendência mundial, a Marinha do Brasil, por seus projetos de ciência e tecnologia, cria condições para capacitar empresas nacionais a se aprimorarem ao máximo e a procurarem soluções brasileiras para os problemas ligados ao mar. Por isso, é intensa a cooperação e participação de empresas e universidades nos empreendimentos realizados.

Do mesmo modo, a formação especializada da Marinha é feita em universidades nacionais e estrangeiras, estas quando necessário.

Atualmente, desenvolvem-se expressivos programas:

- de construção e reparo de submarinos;
- de modernização de fragatas, com um sistema próprio de controle tático, integrando sensores e armas;
- de tecnologias de ponta como a obtenção de combustível e propulsão nucleares.

Da mesma forma, desenvolveram-se o Enlace Automático de Dados para comunicações entre navios e aeronaves, os Terminais Tácticos Inteligentes, empregados tanto em navios de guerra como em navios mercantes e os sistemas de monitoramento da propulsão e de controle de avarias.

Esses projetos constituem uma parcela dos planejamentos decorrentes da implementação da sistemática de planejamento aqui enfocada, mostrando uma aplicação judiciosa dos recursos financeiros recebidos e a importância que a Marinha dispensa ao aprimoramento de seus meios e, conseqüentemente, do pessoal empregado na execução desses avanços tecnológicos e em toda a Marinha.

PLANEJAMENTO DE ALTO NÍVEL DA MARINHA – FASE ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

Na Fase Administrativo-Financeira os planos de preparo e previsão de aplicação do Poder Naval são convertidos em ações a empreender ou metas físicas e na definição de recursos orçamentários, integrados na forma de um sistema administrativo dinâmico e permanente.

Esta fase é constituída pelo documento *Elementos para o Planejamento Logístico* e pelo Plano Diretor.

ELEMENTOS PARA O PLANEJAMENTO LOGÍSTICO

A publicação *Elementos para o Planejamento Logístico* tem o propósito de relacionar as estruturas de caráter operativo e de apoio existentes na Marinha e as decisões da Alta Administração Naval referentes a esses setores.

PLANO DIRETOR (PD)

O Plano Diretor é um instrumento de planejamento, execução e controle, de caráter permanente, que define, orienta e acompanha as ações a serem empreendidas nos diversos escalões relacionados à administração orçamentário-financeira, de modo a atender às necessidades da Marinha com o máximo aproveitamento dos recursos disponíveis.

São condicionantes do Plano Diretor, no âmbito nacional, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Seus propósitos são:

- harmonizar o planejamento econômico-financeiro desenvolvido na Marinha com os planos e programas de Governo;
- possibilitar a integração de recursos; e
- possibilitar a continuidade administrativa em todos os escalões da Marinha.

A estrutura, as responsabilidades, a dinâmica, a fixação dos princípios e das diretrizes gerais que orientam o preparo e a execução do Plano Diretor são reguladas em sistemática própria, sendo os seus conceitos básicos, funcionamento, responsabilidades e procedimentos específicos estabelecidos na publicação *Normas para Execução do Plano Diretor*.

Como indicado na Estrutura Funcional, a direção-geral da Sistemática do Plano Diretor é exercida pelo Comandante da Marinha e, por delegação deste, pelo Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA). A assessoria geral é realizada pelo Conselho do Plano Diretor (COPLAN), presidido pelo CEMA, e pelo Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha (COFAMAR), presidido pelo Comandante da Marinha.

O Conselho do Plano Diretor (COPLAN) assessora o Comandante da Marinha no trato dos assuntos relacionados com o Plano Diretor.

Aprecia o planejamento das ações a serem executadas no ano seguinte e futuros, estuda prioridades e estabelece a necessária compatibilização entre o que se pretende realizar e o que será possível executar com os recursos disponíveis.

Assim, elabora o **Plano de Ação**, que compreende o que será executado em um ano.

Cabe aos almirantes-de-esquadra, responsáveis pelos Órgãos de Direção Setorial, informarem ao Chefe do Estado-Maior da Armada as **prioridades setoriais** segundo categorias definidas por:

- **Marinha do Presente** – recursos destinados a manter em funcionamento a Marinha no melhor nível possível;
- **Marinha do Amanhã** – recursos destinados à obtenção ou modernização dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros na-

vais e das instalações necessárias à Marinha, a médio prazo; e

- **Marinha do Futuro** – recursos destinados à pesquisa e ao desenvolvimento de meios que serão necessários à Marinha em futuro mais distante.

As prioridades setoriais, levando em conta os projetos que mais concorrem para o aprestamento dos meios operativos, são consolidadas pelo Estado-Maior da Armada, no documento **Prioridade Única da Marinha (PUMAR)**.

OUTROS DOCUMENTOS

Apesar de não fazerem parte da Sistemática de Planejamento de Alto Nível da Marinha, algumas publicações contribuem para a elaboração dos documentos decorrentes.

Dentre eles, destacam-se:

- a Doutrina Básica da Marinha, que estabelece os conceitos e princípios doutrinários básicos destinados a orientar o preparo e a aplicação do Poder Naval e a formulação de procedimentos operativos;

- o Manual de Publicações da Marinha, que estabelece normas a serem aplicadas às publicações em uso na Marinha; e

- o Manual de Logística da Marinha, que apresenta os conceitos doutrinários básicos da logística militar aplicáveis à Marinha.

No contexto em que se processa esta análise, é de capital importância a **Doutrina Básica da Marinha**. Nela estão conceituados o **Poder Marítimo** e **Poder Naval**, as **Tarefas Básicas** do Poder Naval e as **Ope-**

O Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha (COFAMAR) assessora o Comandante da Marinha na administração dos assuntos financeiros da Marinha.

- Avalia o desempenho das atividades de execução das metas físico-financeiras estabelecidas num determinado período, e outras atividades relacionadas com a Administração Financeira da Marinha do Brasil.

- No COFAMAR é analisada no ano corrente a execução do Plano de Ação anteriormente elaborado.

ações e Ações de Guerra Naval, tais como: Operações de Ataque, Operações Anti-Submarino, Operações Anfíbias, Operações de Minagem e Contramedidas de Minagem, Operações de Esclarecimento, Operações de Bloqueio, Operações de Apoio Logístico Móvel, Operações Especiais, Operações de Defesa de Porto, Operações de Defesa de Plataformas de Petróleo no Mar, Ações de Guerra Eletrônica, Ações de Defesa Aeroespacial, Ações de Guerra Acústica, Patrulha Costeira, Socorro e Salvamento etc.

- Prevê ainda a participação de outras Forças Armadas, que podem ser brasileiras ou estrangeiras, integrando as Forças-Tarefas constituídas para atender a determinada missão.

- Na verdade, a Doutrina Básica contém o que qualquer Marinha do mundo deve conhecer e estar preparada a realizar, na medida de suas necessidades e da avaliação estratégica que proceder.

CONCLUSÃO

Atualmente, a questão econômico-financeira adquiriu uma predominância sobre outros assuntos nas relações internacionais.

- As imposições externas de estruturas, procedimentos e projetos inadequados ao interesse nacional podem acarretar amea-

ças à manutenção ou à consecução dos objetivos nacionais. A identificação dessas ameaças exige permanente esforço no preparo intelectual do pessoal da Marinha, assim como decisões corretas quanto ao emprego de sistemas de planejamento adequados ao cenário político-estratégico da atualidade e do futuro previsível.

A manutenção ou a conquista de objetivos nacionais de um país estão inseridos em um contexto internacional onde, de forma crescente, convivem a cooperação, a integração e uma forte competição na busca de novos espaços para o estabelecimento de influências e projeção de poder. As atividades decorrentes da implementação da Política de Defesa e da Política Exterior devem observar essa realidade.

A crescente complexidade das tarefas atribuídas ao Poder Naval, agravada com constantes reduções de recursos financeiros destinados à Marinha, sublinham a importância da judiciosa execução dos sistemas de planejamento e, sempre que necessário, a implementação de aperfeiçoamentos.

A observância da Sistemática de Planejamento de Alto Nível da Marinha, o que envolve o atual cenário político-estratégico assim como aqueles identificados por meio de métodos científicos, possibilita que a Marinha mantenha um perfeito acompanhamento da evolução das relações internacionais e das tendências previsíveis. O dimensionamento do Poder Naval necessário para o apoio dos interesses brasileiros decorre desse trabalho realizado seguindo esta sistemática.

O Sistema do Plano Diretor, por sua vez, contribui para que os meios navais, aeronavais

e de fuzileiros navais, a infra-estrutura de apoio e o preparo do pessoal previstos para a Marinha do Presente, para a Marinha do Amanhã e para a Marinha do Futuro estejam, no momento oportuno, prontos para serem empregados.

Uma das definições de Estratégia é a que expressa a idéia de que Estratégia é a arte de aplicar os meios disponíveis na consecução dos objetivos definidos pela Política.

A Sistemática de Planejamento de Alto Nível da Marinha permite a identificação dos objetivos definidos pela Política, a análise de cada um deles, a transposição dos objetivos do Nível Nacional para o Setorial da Marinha, e a elaboração dos documentos, como a Política Básica da Marinha e o Plano Estratégico da Marinha.

Resumindo, a Estrutura Organizacional da Marinha do Brasil é coerente para a execução de todo o planejamento exposto. As Orientações do Comandante da Marinha, a Coordenação do Estado-Maior da Armada, a Execução dos Órgãos de Direção Setorial e de seus sub-

ordinados e o Assessoramento ao Comandante da Marinha proporcionado pelo Almirantado, COPLAN e COFAMAR fazem com que esta estrutura funcione da melhor maneira possível.

A Sistemática de Planejamento de Alto Nível da Marinha permite **identificar as necessidades** para o preparo do Poder Naval, fruto das atribuições que os representantes da Nação, no Legislativo, outorgam à Marinha, além dos encargos decorrentes de acordos e tratados internacionais e das políticas e diretrizes governamentais.

As obrigações, responsabilidades e atribuições identificadas requerem a atu-

As imposições externas de estruturas, procedimentos e projetos inadequados ao interesse nacional podem acarretar ameaças à manutenção ou à consecução dos objetivos nacionais

ação da Marinha do Brasil, que, por sua vez, necessita de meios e de pessoas para exercê-la. A atuação é realizada, principalmente, por meio de operações navais, como em todas as Marinhas do mundo. A ênfase que é dada a cada tipo de operação diferencia as Marinhas dos diversos países e tem a ver com os estudos que foram referidos.

A Sistemática de Planejamento de Alto Nível da Marinha permite também **constatar a insuficiência dos recursos alocados** à Marinha do Brasil para atender às atribuições que lhe são confiadas.

Por outro lado, é sensível ainda a percepção de que outras esferas do Poder desta Nação têm de compartilhar com a Marinha do Brasil a responsabilidade de atender às necessidades do País. Mas a Marinha, felizmente, é persistente na busca do atendimento dos objetivos fixados.

Nesta apresentação, foi mostrado aos oficiais-alunos e convidados como a Mari-

nha do Brasil elabora o seu planejamento e a importância que é dada a seus meios e ao preparo de seu pessoal. Também foi mencionado que o aprimoramento intelectual contribui para o aperfeiçoamento da instituição e que a Marinha investe para preparar seus oficiais para dirigi-la no futuro.

Ao terminar e ao apresentar as despedidas fica uma exortação, parafraseando Barroso no calor da Batalha:

“Oficiais-alunos, a Marinha espera que cada um cumpra o seu dever de estudante”.

Muito obrigado.

P.S. Esta aula inaugural dos Cursos de Altos Estudos Militares-Navais é uma continuidade atualizada de aulas anteriores dos chefes do Estado-Maior da Armada, mais recentemente dos Almirantes-de-Esquadra Waldemar Nicolau Canellas Júnior (1998), Paulo Augusto Garcia Dumont (1999), Arlindo Vianna Filho (2000) e José Augusto Accioly Fragelli(2001).

AGRADECIMENTO

N.R.: Na abertura da aula inaugural, após mencionar o propósito dos cursos da EGN, disse o Almirante Longo: “Faz-se mister agradecer o comparecimento dos senhores almirantes e capitães-de-mar-e-guerra, comandantes e diretores de Organizações Militares da área Rio, que com suas presenças prestigiam este evento”.

“Agradeço, em especial, a presença do Vice-Almirante Ibsen de Gusmão Câmara, ex-subchefe de Estratégia do Estado-Maior da Armada em 1972, e ex-diretor da Escola de Guerra Naval, com quem aprendi, fazendo, muito do que será apresentado nesta aula inaugural.”

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<ARTES MILITARES> / Planejamento de Marinha /; Planejamento da Defesa Nacional;

ERRATAS

ARTIGO

100 ANOS DE CARRANCAS COM FRANCISCO GUARANY

(RMB 4º trim./2001, p. 137)

① – O último período de página 137 foi publicado com incorreção, pela qual pedimos desculpas ao autor do artigo.

O texto correto é o que se segue:

No Brasil, de 1954 a 2000, houve 15 exposições de carrancas – ou com pelo menos três delas. A de maior porte, com grande repercussão na mídia, pois patrocinada pela Fundação Roberto Marinho e outras prestigiosas entidades, em 1981 e 1982, foi montada pelo Serviço de Documentação da Marinha no Rio de Janeiro (Museu Naval), Brasília, Salvador (duas vezes) Recife, Petrolina e São Paulo (onde Guarany recebeu, da prestigiosa Associação Paulista de Críticos de Arte, o prêmio *Revelação*, aos 99 anos de idade!).

Do acervo dessa mostra constavam 30 carrancas e três figuras de proa oceânicas. Intitulou-se *Guarany – 80 anos de carrancas*.

Há 20 anos, pois.

② – No início da página 139, 6ª linha, o correto é **avaro**.

*
* *

CARTAS AOS LEITORES

O AFUNDAMENTO DO CRUZADOR BAHIA

(RMB 4º trim./2001, p. 237)

– Cancelar, na página 237, na parte superior da coluna da esquerda, o trecho entre “Contratorpedeiro *Greenhalgh* – Termo de Viagem nº 25” e “Julho de 1945”.



Serviço de Documentação da Marinha

O SDM é o órgão responsável pela memória da Marinha. O Serviço de Documentação tem como atribuição estudar, pesquisar e divulgar a história marítima brasileira e conservar o patrimônio histórico e artístico da Marinha do Brasil.

Criado em 1943, o SDM reúne atualmente sete departamentos, distribuídos em cinco prédios históricos:

- *na Sede Ilha das Cobras funcionam os Departamentos de Arquivo, de História Marítima, de Publicações e Divulgação e de Administração;*
- *na Rua Dom Manuel (Praça XV) fica o Museu Naval;*
- *no Espaço Cultural da Marinha estão atracados o Navio-Museu Bauru, o Submarino-Museu Riachuelo e o Rebocador-Museu Laurindo Pitta;*
- *na Rua Mayrink Veiga está a Biblioteca da Marinha;*
- *o SDM abrange ainda a Ilha Fiscal – local onde foi realizado o Último Baile do Império.*

Empenhado nesta árdua tarefa, o SDM tem desenvolvido, a cada ano, novos projetos, buscando maior interação entre a Marinha e a sociedade. Como resultado deste trabalho, cerca de 300 mil pessoas visitaram o Complexo Cultural da Marinha (SDM) em 2001.